



DECISÃO DO RECURSO

PREGÃO ELETRONICO nº 90.011/2025

Processo Licitatório nº 28.387/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.011/2025, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de Equipos de Seringas para Bomba de Infusão, para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 01 (um) ano.**

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº 58.426.628/0001-33, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS E HOSPITA**, inscrita no CNPJ nº 02.357.251/0001-53, no bojo do Pregão Eletrônico n.º **90.011/2025**.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico supracitado, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição no dia 27/08/2025, tempestivamente, pela empresa **SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que habilitou a empresa **LIFEMED INDUSTRIAL DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES S.A.**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



II) DO RECURSO

A Recorrente, tempestivamente, interpôs, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, oposição à fase de julgamento da proposta apresentada pela empresa Recorrida, no que tange aos itens do Lote 1, uma vez que, segundo o alegado, as características do produto apresentado em catálogo não atendem às especificações do Termo de Referência, o qual exige “possuir dispositivo de segurança (trava/clamp) para evitar fluxo livre da solução”.

III) DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também de forma tempestiva, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso interposto e pugnando pela manutenção de sua habilitação, conforme as seguintes considerações, em síntese:

- a) A empresa Recorrida possui mais de 40 anos de experiência em seu ramo de atuação, tendo recebido prêmios de destaque na área. Além disso, já firmou mais de 39 contratos com a Administração Pública, considerando tanto os contratos já executados quanto os atualmente em execução;
- b) A empresa Recorrida atende integralmente aos critérios estabelecidos no Edital, além de ter apresentado a proposta mais vantajosa, considerando os aspectos técnicos e o preço;
- c) O equipo ofertado pela empresa Recorrida atende aos critérios técnicos do Edital e Termo de Referência, porquanto a literatura interpreta “trava” uma “peça ou mecanismo que impede que algo se mova, abra ou feche”. Todos os itens ofertados na proposta “possuem válvula anti-fluxo livre, que atua como uma barreira/trava contra vazão livre.” Com efeito, as “válvulas anti-sifão, também conhecidas como válvulas anti-fluxo livre, são



Comissão Permanente de Pregão III

consideradas o dispositivo mais seguro para prevenir o fluxo livre de medicamentos em equipos de infusão, oferecendo um nível de segurança significativamente superior ao dos chamados “clamps anti-fluxo livre.”;

- d) A proposta da empresa Lifemed, além de atender as exigências do Edital, oferece tecnologia reconhecida, conforme respaldado pelo relatório *Design for Patient Safety - A Guide to the Design of Electronic Infusion Devices*.
- e) Que seja rejeitado o recurso, com consequente julgamento e homologação da habilitação da Recorrida.

IV) DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito à conformidade técnica do produto ofertado pela empresa Recorrida com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto ao dispositivo de segurança que impeça o fluxo livre de solução.

No que se refere à análise técnica da proposta da empresa Recorrida, cabe ressaltar que foi solicitada manifestação formal do Órgão requisitante, acerca das especificações do produto ofertado. Em resposta, a área técnica manifestou-se favoravelmente, destacando que o modelo e a marca apresentados pela empresa Recorrida são os mesmos atualmente utilizados nas unidades hospitalares da rede pública municipal.

Desta feita, trata-se, portanto, de questão de natureza estritamente técnica, cuja análise ultrapassa a esfera de competência do Pregoeiro. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das



Comissão Permanente de Pregão III

especificações técnicas deve estar fundamentada em parecer técnico emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.

V) DO PARECER TÉCNICO

Diante do exposto, restou encaminhado o presente processo à Secretaria Municipal de Saúde, pasta requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos recorridos, nos termos do artigo 168 da Lei 14.133/2021 e do subitem 26.11 do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.011/2025, onde a síntese final alegou que o edital (item 1.7) permite equivalências técnicas, desde que aprovadas pelo setor técnico das unidades de saúde; a válvula anti-fluxo livre apresentada pela Lifemed configura equivalência técnica; essa tecnologia já está em uso nas unidades hospitalares da rede municipal e já foi avaliada e aprovada em processos anteriores;

Desta feita os produtos da Lifemed atendem integralmente ao edital, assim o recurso da Samtronic não merece prosperar.

VI) DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º **90.011/2025**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo a decisão de habilitação anteriormente proferida, em obediência aos Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital e Segurança Jurídica.

Diante do indeferimento do recurso interposto, nos termos do § 2º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, encaminho o presente processo à autoridade superior para apreciação e decisão



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão III

final sobre o recurso administrativo relativo ao Pregão Eletrônico em referência, observando o prazo legal de 10 (dez) dias úteis.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 19 de setembro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036